

## Resenhas

### *De uma Roma a outra*

Carlos Augusto Ribeiro Machado\*

HARRIS, William (organizador), *The transformations of Urbs Roma in Late Antiquity*, Portsmouth, Journal of Roman Archaeology Supplementary Series, 1999.

Em 357 d.C., o imperador Constâncio II entrou na cidade de Roma pela primeira vez. O “lar do império e de todas as virtudes” foi uma visão poderosa. Segundo seu contemporâneo Amiano Marcelino (XVI, 10, 13-14), cada monumento, cada paisagem, tudo o que viu pareceu-lhe maior e mais importante do que aquilo que já conhecia. Não poderia ter sido diferente. Roma atraía viajantes de todo o mundo “civilizado” de então, e sobre todos eles o efeito era o mesmo. Já no século IV a cidade era percebida como mais do que uma aglomeração urbana.

Mas e quanto aos dias de hoje? O que é, para nós, a Roma antiga? Esta não é uma pergunta usual entre os historiado-

res, mas o fato é que cada um de nós encontra algo com que se admirar na maior cidade do mundo antigo. E isto coloca importantes questões, como fica bem claro na coletânea que estamos resenhando aqui. Estudar a *Urbs Roma* na Antiguidade Tardia implica em confrontar inúmeros preconceitos historiográficos, ligados especialmente à idéia de decadência. À cidade do apogeu do Império, grandiosa e clássica, teria sucedido uma outra, decadente, bárbara, cristã e anacrônica.

Há algumas décadas, no entanto, esta situação vem mudando. Especialmente a partir de meados dos anos 1980, diversos estudos começaram a consolidar uma nova concepção da cidade neste perío-

---

\* Doutorando em História Econômica — FFCLH/USP.

*Tempo*, Rio de Janeiro, n° 10, pp. 159-164.

do<sup>1</sup>. A própria obra em questão deve ser entendida neste contexto. Sua origem foi uma conferência realizada na capital italiana, no ano de 1997, fruto da colaboração da Academia Americana de Roma e da Universidade de Roma, *La Sapienza*.

O livro é marcado por uma grande diversidade de abordagens e de recortes, com artigos muito específicos e outros, que ultrapassam os próprios marcos cronológicos estabelecidos pelos organizadores (de 283 a 455). Logo na introdução, W. Harris deixa bem claros os limites da obra: não é possível tratar de todos os problemas que o tema envolve e, se por um lado existe progresso no campo de estudos, por outro este progresso ainda está muito no início. A transformação da cidade durante “uma de suas maiores crises” (p. 9) é um processo inserido na longa duração, combinando dimensões políticas, econômicas, religiosas etc.

O autor procurou apontar as dificuldades existentes e os caminhos já abertos, sem, no entanto, se preocupar em organizar suas reflexões ou em sintetizar o que o leitor encontrará nos próximos capítulos.

Não deixa de ser interessante que logo a primeira parte seja dedicada a duas fontes escritas, analisadas por Javier Arce (*El inventario de Roma: Curiosum y Notitia*). Estas obras, redigidas durante o século IV, há muito eram consideradas documentos administrativos, levantamentos, região por região (Roma era dividida em 14 regiões administrativas), de todos os edifícios romanos, públicos e

privados. O autor, no entanto, mostra que sua redação se insere em uma tradição literária, presente também em Alexandria e Constantinopla, caracterizada pelo exagero e pela invenção, com o objetivo de exaltar cada cidade. Um produto do orgulho cívico, e não da burocracia.

A criação de uma Roma na literatura pode ser associada à sua construção física, através das diversas intervenções no tecido urbano. São dois os trabalhos dedicados a este tema: um, referente ao início, e outro, ao final do período em questão. No primeiro, Filippo Coarelli mostra que o incêndio ocorrido sob o reinado de Carino, em 283, permitiu que os imperadores da Tetrarquia investissem na ressystematização do Foro romano, tornando-o um espaço de representação explicitamente monárquico (*L'edilizia pubblica a Roma in età tetrarchica*). Não só a dinastia, mas também o caráter sagrado do poder imperial foram aí exaltados, o que deve ser relacionado ao conjunto das intervenções tetrárquicas em toda a região afetada pelo incêndio (que, como mostra, teve uma extensão muito maior do que se pensava anteriormente).

No século V, as transformações no espaço físico da cidade não alteraram o fato fundamental de que Roma ainda era percebida como *caput mundi*. Os usos do espaço público mudaram, e começou a se afirmar uma organização cristã da topografia. Letizia Pani Ermini destaca o papel das construções religiosas na transformação da paisagem, ao mesmo tempo em

---

<sup>1</sup> Especialmente os publicados por A. Giardina (organizador), *Società Romana e Impero Tardoantico*, v. 2: “Roma — Política, economia, paesaggio urbano”, Bari, Laterza, 1986; por A. Schiavone (organizador), *Storia di Roma, L'Età Tardoantica*, v. 2: “I Luoghi e le Culture”, Torino, Einaudi, 1993; e por E. Steinby, *Lexicon Topographicum Urbis Romae*, Roma, Quasar, 1993 (ainda em publicação).

que os saques e terremotos incentivaram o abandono e a expoliação dos antigos monumentos públicos (*Roma da Alarico a Teoderico*). Observa-se, assim, que, do ponto de vista do espaço urbano, as transformações não afetaram uma concepção de Roma como cidade grandiosa, ainda que transformada, a *Roma aeterna*, valorizada na literatura da época.

Analisando as *domus* da elite senatorial, Federico Guidobaldi aponta elementos que complementam este quadro (*Le domus tardoantiche di Roma come 'sensori' delle trasformazioni culturali e sociali*, na terceira parte). As magníficas residências construídas na época constituíam um importante espaço de recepção de clientes e dependentes em geral. Eram o local onde os magistrados exerciam suas funções oficiais, sendo mais tarde adaptadas para servir de local de reunião da comunidade cristã (os *tituli*). A abordagem de Guidobaldi é particularmente estimulante, associando aspectos materiais, religiosos e sociais, mostrando como público e privado se articularam neste período, e de que forma os interesses particulares de cada membro da elite ajudaram a informar o tecido urbano.

É isto, aliás, que permite entender a importância de estudos como os de Beat Brenk (*La cristianizzazione della Domus dei Valerii sul Celio*) e de Elisabetta Giuliani e Carlo Pavolini (*La 'Biblioteca di Agapito' e la Basilica di S. Agnese*). Acompanhar as transformações ocorridas em edifícios singulares, especialmente os que serviam de moradia para os membros da elite romana, permite enxergar, na prática, processos amplos, como a cristianização e a transferência de fortunas, através de doações para a Igreja. Infeliz-

mente, os artigos em questão não passam do nível descritivo, sendo mais interessantes como exemplos destes processos do que como uma análise em si.

Podemos observar, entre os estudiosos de que tratamos até aqui, uma mesma concepção do que era a Roma do final da Antiguidade: uma cidade que, mesmo passando por intensas transformações religiosas, sociais e políticas, lutava para preservar suas estruturas materiais e suas representações (físicas ou literárias), herdadas do Alto Império. Ainda uma grande cidade, ocupada por uma elite poderosa e capaz de atrair o interesse das demais classes dirigentes. É justamente esta a noção impiedosamente atacada por Alan Cameron (*The last pagans of Rome*).

Desde a década de 60, Cameron tem-se dedicado a demolir uma visão convencional, segundo a qual, no final do século IV, teria ocorrido a última batalha entre paganismo e cristianismo. O autor mostra que os senadores pagãos, que se consideravam “a elite do gênero humano”, eram, na verdade, conservadores desinteressados da política e da filosofia. Ao invés de obstinados defensores da tradição e da cultura clássica, eram egoístas diletantes e intelectualmente despreparados. Cristãos como Ambrósio e Agostinho seriam melhores representantes da cultura antiga. O autor procura mostrar que o paganismo, no século IV, perdeu sua vitalidade e sua capacidade de renovação. Seu olhar procura uma Roma decadente.

No entanto, quando ultrapassamos a dicotomia pagão *versus* cristão, quando tentamos analisar o processo de transformação religiosa que ocorreu no período,

a imagem que encontramos é outra. No estudo da cristianização do tempo e do espaço sagrados, Michele Salzman encontra uma sociedade diversificada, que não é dividida por religiões opostas, que as combina de acordo com seus interesses, necessidades e visões de mundo (*The christianization of sacred time and sacred space*). Se a cristianização do tempo ocorreu ao longo do século IV, com a progressiva “conversão” de datas pagãs em cristãs, o espaço urbano permaneceu resguardado por mais tempo.

Apesar de os séculos IV e V terem assistido a uma intensa atividade construtiva por parte de cristãos, estas obras permaneceram afastadas do centro tradicional, especialmente dos antigos templos. Segundo Salzman, a explicação deve ser procurada em dois fatores: havia um maior interesse da elite em preservar o patrimônio físico urbano, símbolo de seu prestígio e tradicional destinatário de suas doações, e, além disto, cristãos viam os templos pagãos como moradias de demônios, portanto, ameaçadores para potenciais reocupantes. A autora discorda de Cameron e mostra uma cidade que permaneceu gloriosa, merecedora das atenções da Igreja, dos imperadores e de sua própria elite.

A sociedade baixo-imperial era marcada por profundas desigualdades, expressas nas fontes, pela oposição entre ricos e pobres. A quarta parte, sobre a população e suas necessidades, busca entender a manutenção e o funcionamento desta sociedade: quem e quantos faziam parte dela, como e do que se alimentavam. Sinal dos tempos, nenhum dos trabalhos sequer menciona o modelo da cidade-consumidora, divulgado por

Moses Finley, e transformado em ortodoxia a partir dos anos 60.

De todas, talvez a contribuição mais polêmica seja a de Nicholas Purcell (*The populace of Rome in late antiquity: problems of classification and historical description*): enquanto a historiografia acredita que a população romana permaneceu estável (cerca de 750.000 habitantes) até o século IV, o autor aponta um declínio numérico, iniciado no final do século II. As principais fontes usadas para os cálculos tradicionais (listas de distribuições de alimentos e número de lugares nos banhos, entre outras) são corretamente problematizadas. No lugar delas, Purcell sugere algumas comparações. Roma, como outras cidades antigas, era marcada por altíssimos índices de mortalidade, além de ser incapaz de manter seus índices demográficos estáveis, sem um constante fluxo de correntes migratórias.

Por mais interessante que possa ser a argumentação, a base empírica sobre a qual se assenta é muito frágil. Ainda mais porque é ponto de partida para importantes observações sobre a distribuição da propriedade imobiliária na cidade, sobre as relações de dependência e sobre a importância da violência nas relações sociais da época. Todas muito estimulantes, enormemente beneficiadas pelas comparações com outros períodos e sociedades, mas que ainda precisam ser mais bem demonstradas.

Estudar a sociedade ou a economia romana nos séculos IV e V coloca uma série de problemas, e a documentação é apenas uma parte deles. Elio Lo Cascio discute os mecanismos de abastecimento alimentício, voltados para uma missão específica: o Estado era responsável pela

distribuição gratuita de quantias fixas de pão, carne suína e vinho (*Canon frumentarius, suarius, vinarius: stato e privati nell'approvvigionamento dell'Urbs*). Os historiadores debateram por muito tempo se isto se daria através do Estado ou da iniciativa privada, e Lo Cascio mostra que, na verdade, os dois meios eram combinados. Em Roma, conviviam as distribuições alimentares, a venda por preços subsidiados e o livre mercado.

De onde vinham os produtos importados, por onde chegavam e quais eram estes produtos são as perguntas colocadas por Clementina Panella (*Rifornimenti urbani e cultura materiale tra Aureliano e Alarico*) e por Francesca de Caprariis (*I porti della città nel IV e V secolo*). As respostas são estimulantes: a Espanha foi substituída pelo Norte da África, reforçando os vínculos entre Roma e esta região. Roma permaneceu sendo um importante centro produtor e importador. Esta mudança não envolveu apenas o comércio, mas também os espaços urbanos, como argumentam Panella e, principalmente, De Caprariis, que acompanha as transformações ocorridas no Campo de Marte. Esta região, repleta de monumentos imperiais, começou a se tornar estratégica para o abastecimento urbano: aí foram construídos um porto, escadas e vias para o transporte de mercadorias. Existem vestígios de complexos comerciais, datados do século III, que articulavam a importação (através do rio Tibre) e a distribuição de alimentos e demais produtos na cidade.

Não há como não reconhecer que o papel de Roma no Império mudou: outros centros econômicos se desenvolveram, e até mesmo a corte imperial foi

transferida daí. A relação entre os imperadores e a antiga capital também mudou, o que coloca algumas questões importantes. A última parte do livro, sobre os espaços públicos e os poderes políticos, é a ocasião para se tratar disto. Nela, Augusto Fraschetti analisa dois rituais fundamentais nesta relação, o Triunfo e o Advento. Mostra que, a partir de Constantino, o Triunfo deixou de existir (*Veniunt modo reges Romam*). Os imperadores vitoriosos que adentravam a antiga capital do Império não mais subiram ao Capitólio, excessivamente associado ao paganismo, mudando o percurso de sua entrada na cidade. As relações entre política e religião mudaram e, com elas, a própria avaliação do espaço urbano.

Ao invés de ao templo de Júpiter, deu-se preferência à Basílica de São Pedro ou ao palácio de Latrão. No entanto, do ponto de vista dos habitantes da cidade, nenhum lugar exerceu tamanho fascínio ou atração quanto o Coliseu. Silvia Orlandi acompanha as intervenções realizadas nesta época, a partir das inscrições encontradas no próprio anfiteatro (*Il Colosseo nel V secolo*). A cristianização não impediu a continuação dos jogos, o que levava aristocratas a investirem em caras obras de restauração, em busca do favor e da gratidão do público. A autora não se pergunta quais os efeitos concretos destas obras, nem como sua realização afeta a sociedade circundante. Para isto, temos de esperar o último artigo desta parte.

Afirmando que a topografia consiste nas relações entre a estrutura física da cidade, as concepções que as pessoas têm dela e os usos que dela fazem, Richard Lim coloca o grande problema para quem deseja entender a Roma deste

período (em *People as power: games, munificence, and contested topography*). Não devemos buscar uma oposição entre paganismo e cristianismo, mas analisar suas relações na prática. Para isto, os jogos exerciam um papel fundamental, pois atraíam tanto pagãos quanto cristãos e eram realizados com dinheiro doado por todos os que desejassem uma carreira política.

A despeito das reclamações dos pregadores, quanto mais ricos fossem os jogos, maior prestígio angariavam os seus realizadores, fossem imperadores ou senadores. Lim deixa claro que os jogos se tornavam ainda um meio de distinção entre a elite, que concorria entre si na sua realização. Mesmo as doações para a caridade, influenciadas pelo cristianismo, ou para a construção de Igrejas permaneciam tímidas diante das imensas somas gastas em divertimentos. Para os romanos, doações cristãs eram atos privados, enquanto o evergetismo era uma questão pública.

Reunidos na conclusão por Andrea Giardina, todos estes temas permitem ter uma visão mais clara do que foi a Roma da Antigüidade Tardia. Formada no reinado de Constantino, esta não era mais a mesma cidade da época dos Antoninos. Giardina nos lembra que os romanos não eram todos ricos ou pobres, a cidade era mais diversificada e complexa do que nossas fontes indicam, e somente recuperando esta diversidade é que podere-

mos entendê-la. O orgulho cívico exercia um importante papel na sociedade da época, contribuindo para a manutenção dos jogos, do abastecimento, das atividades construtivas e para a própria reorganização da vida religiosa.

Três temas parecem atravessar todos os ensaios deste livro e parecem ser também fundamentais para que possamos definir de qual Roma estamos falando. Em primeiro lugar, a cristianização, processo que afetou todos os aspectos da vida urbana. Em segundo, os esforços de continuidade, em um mundo tão mudado. Finalmente, mas não menos importante, o papel da aristocracia romana na direção destes dois movimentos, direção esta que, se em determinados momentos teve de negociar com o povo, jamais fugiu das mãos desta classe privilegiada.

Quando, no início do século V, a jovem Melânia convenceu seu marido a abandonarem suas propriedades e se voltarem para uma vida ascética, as transformações já se mostravam imensas demais. Diversas foram as vozes de protesto que se levantaram então. Segundo o biógrafo da santa, era o demônio quem falava através delas. Neste momento, a *Urbs Roma* dava lugar à *Roma christiana*.

O grande valor deste livro está justamente em mostrar o quanto da primeira permaneceu na segunda. A Roma da Antigüidade Tardia não substituiu a do Alto Império, foi um produto de sua lenta e trabalhosa transformação.